DE ACORDO COM O EDITAL Nº 01/2026 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

apostilas opção

CONCURSO UNIFICADO-MA

CONCURSO UNIFICADO DO MARANHÃO

SEDUC-MA - PROFESSOR ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO



- Língua Portuguesa
- Matemática e Raciocínio lógico
- Geografia e História do Maranhão
- Noções de Informática
- Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- Questões gabaritadas.
- Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Adquira aqui sua apostila completa

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONCURSO UNIFICADO - MA

CONCURSO UNIFICADO DO MARANHÃO

SEDUC-MA - PROFESSOR – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

EDITAL Nº 01/2026 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

CÓD: OP-174NV-26
7901204406038

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Língua Portuguesa

1. Redação Oficial 9
2. Ortografia 16
3. Acentuação 17
4. Emprego do sinal indicativo de crase 18
5. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados; Relação do texto com seu contexto histórico 19
6. Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre 20
7. Intertextualidade 22
8. Figuras de linguagem 24
9. Morfossintaxe: Coordenação e subordinação 25
10. Elementos estruturais e processos de formação de palavras 29
11. Sinonímia e antonímia; Denotação e conotação 30
12. Pontuação 31
13. Pronomes 32
14. Concordância nominal e concordância verbal 33
15. Flexão nominal e flexão verbal; Vozes do verbo; Correlação de tempos e modos verbais 35
16. Regência nominal e regência verbal 37
17. Conectivos 38
18. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas) 39

Matemática e Raciocínio lógico

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações; Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas 51
2. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos 57
3. Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas. Frações e operações com frações 84
4. Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regra de três; porcentagem e problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos 91
5. Noções de Estatísticas: medidas de tendência central (moda, mediana, média aritmética simples e ponderada) e de dispersão (desvio médio, amplitude, variância, desvio padrão); leitura e interpretação de gráficos (histogramas, setores, infográficos) e tabelas 98

Noções de Informática

1. Conceitos básicos de hardware e software; dispositivos de entrada, saída e armazenamento; softwares utilitários 109
2. Sistemas operacionais (ambiente windows) 113
3. Gerenciamento de arquivos e pastas 118
4. Ferramentas de produtividade: edição de textos, planilhas e apresentações (microsoft office e google workspace) 121
5. Correio eletrônico (gmail e outlook) 161

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

6. Ferramentas de reuniões virtuais (microsoft teams, zoom e google meet) 165
7. Redes de computadores: conceitos básicos de internet e intranet. Navegadores de internet (microsoft edge, mozilla firefox e google chrome). Pesquisa e busca avançada na internet 174
8. Armazenamento e compartilhamento de arquivos em rede e na nuvem 181
9. Segurança da informação: ameaças digitais, vírus, malware, phishing e engenharia social; antivírus, firewall, senhas seguras, autenticação multifator e procedimentos de backup 195
10. Noções de inteligência artificial generativa e suas aplicações em ferramentas de produtividade (copilot e gemini), pesquisa, elaboração de documentos e automação de tarefas administrativas; uso responsável da inteligência artificial e proteção de informações 203
11. Lei geral de proteção de dados pessoais (lgpd) 205
12. Transformação digital na administração pública: governo digital, processos e documentos eletrônicos, assinaturas eletrônicas e noções de interoperabilidade entre sistemas 219

Conhecimentos Específicos
SEDUC-MA - Professor – Atendimento Educacional Especializado

1. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: Fundamentos, princípios e conceitos da educação especial e da educação inclusiva. Inclusão escolar, equidade, acessibilidade e direito à educação 225
2. Atendimento Educacional Especializado: objetivos, organização, público-alvo e atribuições do professor. Articulação entre AEE, sala de aula comum, família e comunidade escolar 229
3. Público-Alvo da Educação Especial: Estudantes com deficiência; Estudantes com transtornos do espectro autista; Estudantes com altas habilidades/superdotação; Características, necessidades educacionais e estratégias pedagógicas específicas 232
4. Atendimento Educacional Especializado e Práticas Pedagógicas: Planejamento, organização e execução do AEE; Estudo de caso e identificação das necessidades educacionais; Plano de Atendimento Educacional Especializado 236
5. Recursos pedagógicos e estratégias de acessibilidade 240
6. Desenvolvimento da autonomia, participação e aprendizagem do estudante 241
7. Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento educacional 243
8. Acessibilidade e Tecnologia Assistiva: Acessibilidade arquitetônica, comunicacional, pedagógica e atitudinal; Tecnologia assistiva e recursos de acessibilidade; Comunicação alternativa e aumentativa; Recursos adaptados para aprendizagem e participação escolar 250
9. Atendimento a estudantes com deficiência visual, auditiva, física e intelectual 254
10. Currículo, Avaliação e Inclusão Escolar: Adaptações e flexibilizações curriculares; Avaliação da aprendizagem na perspectiva inclusiva 272
11. Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) 275
12. Estratégias diferenciadas de ensino e avaliação 279
13. Barreiras à aprendizagem e à participação 284
14. Legislação e Políticas Públicas de Educação Especial: Constituição Federal e direito à educação 288
15. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 292
16. Estatuto da Pessoa com Deficiência: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Normas e diretrizes nacionais para a Educação Especial e o AEE 312
17. Direitos educacionais da pessoa com deficiência e do estudante com TEA 330
18. Educação Inclusiva e Diversidade: Convivência, respeito às diferenças e valorização da diversidade 334
19. Combate ao preconceito, discriminação e capacitismo 338

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

20. Participação da família no processo educacional 341
21. Trabalho colaborativo entre professores, profissionais da educação e demais serviços de apoio 345

Conteúdo Digital
Geografia e História do Maranhão

1. Formação territorial e ocupação do espaço maranhense..... 3
2. Localização, limites, divisão político-administrativa e regionalização do Maranhão 7
3. Aspectos físicos e naturais: relevo, clima, solos, vegetação, biomas e domínios de transição. Hidrografia e principais bacias hidrográficas. Litoral maranhense, ecossistemas costeiros e recursos naturais 10
4. População, dinâmica demográfica, migrações, urbanização e rede urbana. Aspectos econômicos: agricultura, pecuária, extrativismo, indústria, mineração, comércio, serviços, turismo, infraestrutura, portos e ferrovias 19
5. Questões ambientais, conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável..... 22
6. Povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais..... 26
7. Formação histórica do Maranhão. Povos originários e colonização. França Equinocial e ocupação portuguesa. Fundação e formação de São Luís. Economia e sociedade colonial. Escravidão indígena e africana. Produção algodoeira e transformações econômicas. Independência e formação da província. 30
8. Balaiada: contexto, causas, principais personagens, desenvolvimento e consequências. Maranhão na Primeira República. Transformações econômicas, políticas e sociais no século XX. Industrialização, urbanização, grandes projetos, mineração e infraestrutura 34
9. Maranhão contemporâneo e processo de redemocratização 39
10. Cultura, patrimônio histórico e manifestações culturais maranhenses. Bumba meu boi, Tambor de Crioula, Tambor de Mina, reggae e demais manifestações populares. Literatura e personalidades maranhenses. Patrimônio material e imaterial..... 43
11. Aspectos políticos, sociais, econômicos, ambientais e culturais do Maranhão na atualidade 47

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua "Área do Cliente" em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

REDAÇÃO OFICIAL

O que é Redação Oficial[1]

Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações. Interessa-nos tratá-la do ponto de vista do Poder Executivo.

A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Fundamentalmente esses atributos decorrem da Constituição, que dispõe, no artigo 37: "A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)". Sendo a publicidade e a impessoalidade princípios fundamentais de toda administração pública, claro que devem igualmente nortear a elaboração dos atos e comunicações oficiais. Ademais, não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão.

A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos. A publicidade implica, pois, necessariamente, deve possuir clareza e concisão, além de atender à disposição constitucional, a forma dos atos normativos obedece a certa tradição. Há normas para sua elaboração que remontam ao período de nossa história imperial, como, por exemplo, a obrigatoriedade – estabelecida por decreto imperial de 10 de dezembro de 1822 – de que se aponha, ao final desses atos, o número de anos transcorridos desde a Independência. Essa prática foi mantida no período republicano.

Esses mesmos princípios (impessoalidade, clareza, uniformidade, concisão e uso de linguagem formal) aplicam-se às comunicações oficiais: elas devem sempre permitir uma única interpretação e ser estritamente impessoais e uniformes, o que exige o uso de certo nível de linguagem. Nesse quadro, fica claro também que as comunicações oficiais são necessariamente uniformes, pois há sempre um único comunicador (o Serviço Público) e o receptor dessas comunicações ou é o próprio Serviço Público (no caso de expedientes dirigidos por um órgão a outro) – ou o conjunto dos cidadãos ou instituições tratados de forma homogênea (o público).

Outros procedimentos rotineiros na redação de comunicações oficiais foram incorporados ao longo do tempo, como as formas de tratamento e de cortesia, certos clichês de redação, a estrutura dos expedientes, etc. Mencione-se, por exemplo, a fixação dos fechos para comunicações oficiais, regulados pela Portaria no 1 do Ministro de Estado da Justiça, de 8 de julho de 1937, que, após mais de meio século de vigência, foi revogado pelo Decreto que aprovou a primeira edição deste Manual.

Acrescente-se, por fim, que a identificação que se buscou fazer das características específicas da forma oficial de redigir não deve ensejar o entendimento de que se proponha a criação – ou se aceite a existência – de uma forma específica de linguagem administrativa, o que coloquialmente e pejorativamente se chama burocratês. Este é antes uma distorção do que deve ser a redação oficial, e se caracteriza pelo abuso de expressões e clichês do jargão burocrático e de formas arcaicas de construção de frases.

A redação oficial não é, portanto, necessariamente árida e infensa à evolução da língua. É que sua finalidade básica – comunicar com impessoalidade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular, etc. Apresentadas essas características fundamentais da redação oficial, passemos à análise pormenorizada de cada uma delas.

▸A Impessoalidade

A finalidade da língua é comunicar, quer pela fala, quer pela escrita. Para que haja comunicação, são necessários:

a) alguém que comunique,

b) algo a ser comunicado, e

c) alguém que receba essa comunicação.

No caso da redação oficial, quem comunica é sempre o Serviço Público (este ou aquele Ministério, Secretaria, Departamento, Divisão, Serviço, Seção); o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica; o destinatário dessa comunicação ou é o público, o conjunto dos cidadãos, ou outro órgão público, do Executivo ou dos outros Poderes da União. Percebe-se, assim, que o tratamento impessoal que deve ser dado aos assuntos que constam das comunicações oficiais decorre:

a) da ausência de impressões individuais de quem comunica: embora se trate, por exemplo, de um expediente assinado por Chefe de determinada Seção, é sempre em nome do Serviço Público que é feita a comunicação. Obtém-se, assim, uma desejável padronização, que permite que comunicações elaboradas em diferentes setores da Administração guardem entre si certa uniformidade;

b) da impessoalidade de quem recebe a comunicação, com duas possibilidades: ela pode ser dirigida a um cidadão, sempre concebido como público, ou a outro órgão público. Nos dois casos, temos um destinatário concebido de forma homogênea e impessoal;

c) do caráter impessoal do próprio assunto tratado: se o universo temático das comunicações oficiais se restringe a questões que dizem respeito ao interesse público, é natural

1 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

que não cabe qualquer tom particular ou pessoal. Desta forma, não há lugar na redação oficial para impressões pessoais, como as que, por exemplo, constam de uma carta a um amigo, ou de um artigo assinado de jornal, ou mesmo de um texto literário. A redação oficial deve ser isenta da interferência da individualidade que a elabora. A concisão, a clareza, a objetividade e a formalidade de que nos valemos para elaborar os expedientes oficiais contribuem, ainda, para que seja alcançada a necessária impessoalidade.

A Linguagem dos Atos e Comunicações Oficiais

A necessidade de empregar determinado nível de linguagem nos atos e expedientes oficiais decorre, de um lado, do próprio caráter público desses atos e comunicações; de outro, de sua finalidade. Os atos oficiais, aqui entendidos como atos de caráter normativo, ou estabelecem regras para a conduta dos cidadãos, ou regulam o funcionamento dos órgãos públicos, o que só é alcançado se em sua elaboração for empregada a linguagem adequada. O mesmo se dá com os expedientes oficiais, cuja finalidade precípua é a de informar com clareza e objetividade.

As comunicações que partem dos órgãos públicos federais devem ser compreendidas por todo e qualquer cidadão brasileiro. Para atingir esse objetivo, há que evitar o uso de uma linguagem restrita a determinados grupos. Não há dúvida que um texto marcado por expressões de circulação restrita, como a gíria, os regionalismos vocabulares ou o jargão técnico, tem sua compreensão dificultada.

Ressalte-se que há necessariamente uma distância entre a língua falada e a escrita. Aquela é extremamente dinâmica, reflete de forma imediata qualquer alteração de costumes, e pode eventualmente contar com outros elementos que auxiliem a sua compreensão, como os gestos, a entoação, etc. Para mencionar apenas alguns dos fatores responsáveis por essa distância. Já a língua escrita incorpora mais lentamente as transformações, tem maior vocação para a permanência, e vale-se apenas de si mesma para comunicar.

A língua escrita, como a falada, compreende diferentes níveis, de acordo com o uso que dela se faça. Por exemplo, em uma carta a um amigo, podemos nos valer de determinado padrão de linguagem que incorpore expressões extremamente pessoais ou coloquiais; em um parecer jurídico, não se há de estranhar a presença do vocabulário técnico correspondente. Nos dois casos, há um padrão de linguagem que atende ao uso que se faz da língua, a finalidade com que a empregamos.

Entretanto, o mesmo ocorre com os textos oficiais: por seu caráter impessoal, por sua finalidade de informar com o máximo de clareza e concisão, eles requerem o uso do padrão culto da língua. Há consenso de que o padrão culto é aquele em que:

a) se observam as regras da gramática formal, e

b) se emprega um vocabulário comum ao conjunto dos usuários do idioma.

É importante ressaltar que a obrigatoriedade do uso do padrão culto na redação oficial decorre do fato de que ele está acima das diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas regionais, dos modismos vocabulares, das idiossincrasias linguísticas, permitindo, por essa razão, que se atinja a pretendida compreensão por todos os cidadãos.

Lembre-se que o padrão culto nada tem contra a simplicidade de expressão, desde que não seja confundida com pobreza de expressão. De nenhuma forma o uso do padrão culto implica emprego de linguagem rebuscada, nem dos contorcionismos sintáticos e figuras de linguagem próprios da língua literária.

Pode-se concluir, então, que não existe propriamente um "padrão oficial de linguagem"; o que há é o uso do padrão culto nos atos e comunicações oficiais. É claro que haverá preferência pelo uso de determinadas expressões, ou será obedecida certa tradição no emprego das formas sintáticas, mas isso não implica, necessariamente, que se consagre a utilização de uma forma de linguagem burocrática. O jargão burocrático, como todo jargão, deve ser evitado, pois terá sempre sua compreensão limitada.

A linguagem técnica deve ser empregada apenas em situações que a exijam, sendo de evitar o seu uso indiscriminado. Certos rebuscamentos acadêmicos, e mesmo o vocabulário próprio a determinada área, são de difícil entendimento por quem não esteja com eles familiarizado. Deve-se ter o cuidado, portanto, de explicitá-los em comunicações encaminhadas a outros órgãos da administração e em expedientes dirigidos aos cidadãos. Outras questões sobre a linguagem, como o emprego de neologismo e estrangeirismo, são tratadas em detalhe em 9.3. Semântica.

Formalidade e Padronização

As comunicações oficiais devem ser sempre formais, isto é, obedecem a certas regras de forma: além das já mencionadas exigências de impessoalidade e uso do padrão culto de linguagem, é imperativo, ainda, certa formalidade de tratamento. Não se trata somente da eterna dúvida quanto ao correto emprego deste ou daquele pronome de tratamento para uma autoridade de certo nível (v. a esse respeito 2.1.3. Emprego dos Pronomes de Tratamento); mais do que isso, a formalidade diz respeito à polidez, à civilidade no próprio enfoque dado ao assunto do qual cuida a comunicação.

A formalidade de tratamento vincula-se, também, à necessária uniformidade das comunicações. Ora, se a administração federal é una, é natural que as comunicações que expede sigam um mesmo padrão.

O estabelecimento desse padrão, uma das metas deste Manual, exige que se atente para todas as características da redação oficial e que se cuide, ainda, da apresentação dos textos. A clareza datilográfica, o uso de papéis uniformes para o texto definitivo e a correta diagramação do texto são indispensáveis para a padronização. Consulte o Capítulo II, As Comunicações Oficiais, a respeito de normas específicas para cada tipo de expediente.

Concisão e Clareza

A concisão é antes uma qualidade do que uma característica do texto oficial. Conciso é o texto que consegue transmitir um máximo de informações com um mínimo de palavras. Para que se redija com essa qualidade, é fundamental que se tenha, além de conhecimento do assunto sobre o qual se escreve, o necessário tempo para revisar o texto depois de pronto. É nessa releitura que muitas vezes se percebem eventuais redundâncias ou repetições desnecessárias de ideias.

O esforço de sermos concisos atende, basicamente ao princípio de economia linguística, à mencionada fórmula de empregar o mínimo de palavras para informar o máximo. Não se deve de

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES; COMPREENSÃO DO PROCESSO LÓGICO QUE, A PARTIR DE UM CONJUNTO DE HIPÓTESES, CONDUZ, DE FORMA VÁLIDA, A CONCLUSÕES DETERMINADAS

Proposição

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos às proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

- **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO:** uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.
- **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO:** toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

"Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F."

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

- **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:
  - Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?
  - Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!
  - Frases imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.
  - Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): "esta frase é falsa" (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – 2 + 5+ 1

- **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

- **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.
s: Pedro é professor.

- **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P, Q, R, S..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca **e** Pedro é professor.

Atenção: todas as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**

Exemplos:

- **1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:**
- "A frase dentro destas aspas é uma mentira."
- A expressão x + y é positiva.
- O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:
(A) uma proposição;
(B) duas proposições;
(C) três proposições;
(D) quatro proposições;
(E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

(A) "A frase dentro destas aspas é uma mentira", não podemos atribuir valores lógicos a ela, logo não é uma sentença lógica.

(B) A expressão x + y é positiva, não temos como atribuir valores lógicos, logo não é sentença lógica.

(C) O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$; é uma sentença lógica pois podemos atribuir valores lógicos, independente do resultado que tenhamos

(D) Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira, também podemos atribuir valores lógicos (não estamos considerando a quantidade certa de gols, apenas se podemos atribuir um valor de V ou F a sentença).

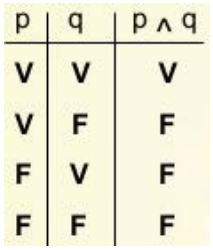
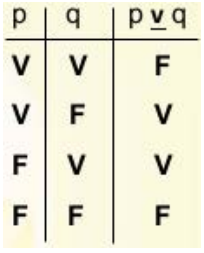
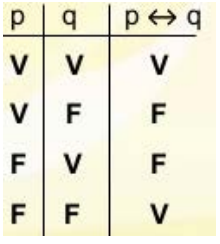
(E) O que é isto? - como vemos não podemos atribuir valores lógicos por se tratar de uma frase interrogativa.

Resposta: B.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Conectivos (conectores lógicos)

Para compor novas proposições, definidas como composta, a partir de outras proposições simples, usam-se os conectivos. São eles:

OPERAÇÃO	CONECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE
Negação	~	**Não** p	
Conjunção	^	p **e** q	
Disjunção Inclusiva	v	p **ou** q	
Disjunção Exclusiva	v	**Ou** p **ou** q	
Condicional	→	**Se** p **então** q	
Bicondicional	↔	p **se e somente se** q	

apostilas opção

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE HARDWARE E SOFTWARE; DISPOSITIVOS DE ENTRADA, SAÍDA E ARMAZENAMENTO; SOFTWARES UTILITÁRIOS

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não está presente apenas em computadores pessoais, mas também em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

Para compreender a informática, é essencial diferenciar dado e informação. Dados são elementos isolados, como números, letras, símbolos ou registros sem interpretação imediata. A informação surge quando esses dados são organizados, processados e analisados dentro de um contexto. Por exemplo, uma lista de notas escolares contém dados; quando o sistema calcula médias, gera relatórios e indica o desempenho dos alunos, esses dados se transformam em informação útil.

▸ Hardware e software

Partes física e lógica do sistema

Todo sistema computacional depende da integração entre hardware e software. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, aos componentes que podem ser tocados, conectados, substituídos ou reparados. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas, aplicativos e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

A tabela a seguir apresenta uma comparação didática entre esses dois elementos fundamentais.

Aspecto	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visto fisicamente	Existe como instruções, códigos e programas
Função	Executar operações físicas e permitir interação	Controlar, organizar e orientar o hardware
Exemplos	Monitor, teclado, mouse, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus e aplicativos
Problemas comuns	Quebra, superaquecimento, mau contato ou desgaste	Travamentos, vírus, incompatibilidade ou erro de atualização

Funcionamento integrado

Hardware e software são complementares. Um computador sem software é apenas um conjunto de peças sem orientação funcional. Da mesma forma, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado. Assim, o funcionamento do computador depende da ação conjunta entre componentes materiais e instruções lógicas.

HARDWARE: COMPONENTES FÍSICOS DO COMPUTADOR

▸ Conceito de hardware

Estrutura material do sistema computacional

Hardware é o conjunto de componentes físicos que formam um computador ou dispositivo digital. Ele inclui peças internas, periféricos, placas, cabos, conectores, unidades de armazenamento e equipamentos de comunicação. Diferentemente do software, que corresponde aos programas e instruções, o hardware representa a parte material do sistema, ou seja, aquilo que possui existência física e pode ser instalado, removido, substituído ou reparado.

O hardware é responsável por executar fisicamente as operações solicitadas pelo software. Quando o usuário abre um programa, digita um texto, move o mouse ou imprime um documento, diversos componentes físicos trabalham em conjunto para transformar comandos em resultados visíveis.

▸ Principais grupos de hardware

Classificação conforme a função

A tabela a seguir organiza os principais grupos de hardware, relacionando cada grupo à sua função no funcionamento do computador.

Grupo de hardware	Função principal	Exemplos
Processamento	Executa instruções, cálculos e operações lógicas	Processador e placa de vídeo

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Memória	Mantém dados temporários ou instruções essenciais	RAM, ROM e memória cache
Armazenamento	Guarda arquivos, programas e sistema operacional	HD, SSD, pen drive e cartão de memória
Entrada	Permite inserir dados e comandos no computador	Teclado, mouse, scanner, microfone e câmera
Saída	Apresenta resultados ao usuário	Monitor, impressora, caixas de som e projetor
Integração	Conecta e organiza a comunicação entre componentes	Placa-mãe, barramentos, portas e conectores

- **Componentes internos principais**

Processador, placa-mãe, memória e armazenamento

O processador, também chamado de CPU, interpreta e executa instruções. A placa-mãe conecta os componentes internos e permite a comunicação entre processador, memória, armazenamento e periféricos. A memória RAM guarda temporariamente os dados em uso, enquanto HD e SSD armazenam arquivos de forma permanente. O SSD, por não possuir partes mecânicas, costuma ser mais rápido que o HD.

O bom funcionamento do hardware depende de compatibilidade, conservação e refrigeração. Poeira, calor excessivo, quedas de energia e peças incompatíveis podem causar lentidão, travamentos, desligamentos inesperados ou danos físicos.

Software: Programas, Sistemas e Aplicações

- **Conceito de software**

Parte lógica do sistema computacional

Software é o conjunto de programas, comandos e instruções que orientam o funcionamento de um computador ou dispositivo digital. Ele não corresponde a uma peça física, mas à parte lógica responsável por indicar ao hardware o que deve ser feito. É por meio do software que o usuário consegue escrever textos, acessar a internet, editar imagens, assistir a vídeos, jogar, enviar mensagens, organizar arquivos e executar diversas atividades.

O software depende do hardware para ser instalado, armazenado e executado. Ao mesmo tempo, o hardware precisa do software para realizar tarefas úteis. Essa relação mostra que o computador funciona como um sistema integrado: as peças físicas executam as ações, enquanto os programas determinam a lógica dessas ações.

- **Tipos de software**

Classificação conforme a função

Os softwares podem ser classificados de acordo com o papel que desempenham no sistema. Essa classificação ajuda a entender que nem todos os programas têm a mesma finalidade.

Tipo de software	Função	Exemplos
Software de sistema	Controla o funcionamento geral do computador	Sistema operacional, drivers e utilitários
Software aplicativo	Permite ao usuário realizar tarefas específicas	Navegador, editor de texto, planilha, jogos e aplicativos de mensagem
Software de desenvolvimento	Auxilia na criação de outros programas	Linguagens de programação, editores de código e compiladores

- **Sistema operacional, drivers e utilitários**

Programas essenciais ao funcionamento

O sistema operacional é o principal software de sistema. Ele gerencia memória, processador, arquivos, dispositivos, programas e a interação com o usuário. Sem ele, o uso do computador seria limitado e pouco acessível.

Os drivers permitem a comunicação entre o sistema operacional e os componentes de hardware. Uma impressora, uma placa de vídeo ou uma placa de rede pode precisar de driver adequado para funcionar corretamente. Já os utilitários auxiliam na manutenção, proteção e organização do sistema, como antivírus, compactadores, ferramentas de backup e programas de limpeza.

O uso responsável de software exige atenção à origem dos programas, ao licenciamento, à compatibilidade e às atualizações. Programas desatualizados ou baixados de fontes duvidosas podem gerar falhas, vírus e riscos de segurança.

Integração entre Hardware e Software

- **Funcionamento conjunto do sistema**

Como o computador executa tarefas

O computador funciona por meio da integração entre hardware e software. O hardware fornece a estrutura física necessária para executar operações, enquanto o software envia instruções que organizam o uso desses componentes. Quando o usuário abre um navegador, por exemplo, o sistema operacional coordena o processador, a memória RAM, o armazenamento, a placa de rede, o teclado, o mouse e o monitor para que a página seja acessada e exibida corretamente.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E CONCEITOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. INCLUSÃO ESCOLAR, EQUIDADE, ACESSIBILIDADE E DIREITO À EDUCAÇÃO

Educação especial e educação inclusiva: campos relacionados

A educação especial corresponde a uma modalidade educacional que organiza recursos, serviços e apoios para responder às necessidades específicas de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação. A educação inclusiva, por sua vez, designa uma orientação para o sistema de ensino inteiro: a escola deve acolher a diversidade humana e assegurar condições reais para que todos tenham acesso aos conhecimentos, participem das atividades e mantenham vínculos de pertencimento. Os dois conceitos se articulam, mas não são equivalentes. A modalidade especializada oferece meios particulares de apoio; a perspectiva inclusiva modifica as decisões comuns da instituição, desde a matrícula até as práticas de convivência.

▸Delimitação da modalidade educação especial

Serviços pedagógicos transversais

A transversalidade significa que a educação especial não se restringe a uma etapa de escolarização nem constitui um currículo paralelo destinado a determinados estudantes. Seus recursos acompanham necessidades identificadas na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e em outras ofertas educacionais. A organização pode envolver atendimento educacional especializado, materiais acessíveis, orientação aos docentes e soluções de comunicação ou mobilidade. O serviço especializado não substitui o contato com os componentes curriculares, os colegas e os professores da turma comum. Sua contribuição se torna efetiva quando o estudante utiliza, em situações reais de aprendizagem, os apoios planejados.

Considere uma turma de sexto ano que realiza um circuito de leitura envolvendo um texto impresso, fichas de personagens e uma conversa coletiva. Uma estudante que não utiliza a leitura visual pode acessar a narrativa em áudio e consultar fichas de personagens em braille. O objetivo da aula permanece ligado à identificação de perspectivas dos personagens e à organização da narrativa. A educação especial contribui com os recursos específicos; a turma organiza a experiência para que a participação não dependa exclusivamente de enxergar o material impresso.

Público específico e atuação educacional

A identificação do público da educação especial orienta a oferta de apoios, mas não autoriza supor necessidades idênticas para todos os integrantes de uma categoria. Entre estudantes com deficiência visual, por exemplo, podem existir diferentes formas de leitura, preferências tecnológicas e graus de autonomia. Pessoas com a mesma condição podem precisar de intervenções distintas diante da mesma tarefa. A análise pedagógica observa a relação entre características pessoais, exigências escolares e obstáculos do ambiente. Desse modo, a definição de apoios não se reduz à classificação de uma condição, tampouco dispensa o diálogo com o próprio estudante.

▸A educação inclusiva como compromisso institucional

Diferença entre presença física e pertencimento

A matrícula em uma turma comum é indispensável, mas insuficiente quando o estudante permanece afastado das decisões, das interações e das atividades centrais. A presença física pode coexistir com exclusão pedagógica, como ocorre quando alguém recebe tarefas repetitivas sem relação com a aula enquanto os colegas investigam um problema. Pertencer envolve ser reconhecido como participante legítimo, ter sua contribuição considerada e contar com condições para aprender. Isso exige objetivos compartilhados, atividades acessíveis e relações que não transformem diferenças em motivo de isolamento.

O planejamento de uma produção textual coletiva ilustra essa distinção. A atividade pode permitir que uma criança dite ideias, use um dispositivo de comunicação, selecione imagens ou escreva com teclado adaptado. Todas essas formas podem contribuir para uma narrativa comum. Reduzir a tarefa da criança a colorir uma folha desvinculada do texto preservaria sua localização na sala, mas não seu papel intelectual na construção do trabalho.

Superação da lógica de seleção

Modelos escolares seletivos costumam interpretar dificuldades como falhas exclusivamente individuais e condicionar o acesso pleno à capacidade prévia de acompanhar uma rotina uniforme. A perspectiva inclusiva desloca essa pergunta: em vez de questionar se alguém se ajusta à escola existente, examina quais aspectos da escola podem ser transformados para tornar a aprendizagem possível. Essa mudança não significa eliminar exigências de desenvolvimento ou desconsiderar saberes essenciais. Significa organizar percursos variados para alcançar finalidades educacionais legítimas, evitando que características irrelevantes para o conhecimento avaliado funcionem como barreiras.

A responsabilidade deixa de depender exclusivamente de um profissional especializado. Direção, coordenação pedagógica, professores, equipe de apoio e estudantes influenciam a qualidade da inclusão. É necessário promover formação,

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

disponibilizar recursos, organizar tempos de colaboração e avaliar práticas escolares que naturalizam a exclusão. A oferta de um suporte individual deve fortalecer a participação comum, e não criar uma rotina segregada dentro da própria escola.

Direito à escolarização sem discriminação

O direito à educação possui dimensão individual e coletiva. Cada estudante deve poder ingressar, permanecer, participar e aprender, enquanto o poder público e as instituições de ensino assumem obrigações para tornar esse percurso efetivo. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito social e fornece fundamentos para a igualdade de condições de acesso e permanência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional organiza a educação especial no sistema educacional. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência reforçam a exigência de um sistema educacional inclusivo, com eliminação de práticas discriminatórias.

▸Educação como direito e dever público

Garantias jurídicas e compromisso educacional

A efetividade do direito não pode depender de uma avaliação informal sobre a conveniência de receber determinado estudante. A escola precisa providenciar condições de participação, dialogar sobre apoios e articular os recursos existentes. A igualdade formal, expressa no reconhecimento do mesmo direito para todas as pessoas, requer medidas concretas quando obstáculos impedem seu exercício. É por isso que a acessibilidade, os ajustes razoáveis e os serviços especializados integram a realização do direito, não sendo favores concedidos conforme a boa vontade de indivíduos.

Os marcos brasileiros de inclusão convivem com a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, que reafirma a transversalidade da modalidade e a escolarização em classes e escolas comuns com os apoios necessários. O sentido dessas diretrizes é evitar que o acesso ao ensino seja condicionado à renúncia a direitos ou à aceitação de experiências educativas inferiores. Cabe aos sistemas de ensino organizar ofertas e procedimentos compatíveis com suas responsabilidades, preservando a dignidade do estudante em cada decisão.

Igualdade material e proteção contra discriminação

A discriminação pode ser explícita, como a recusa de matrícula motivada pela deficiência, ou indireta, quando uma regra aparentemente neutra impõe prejuízo desproporcional a quem necessita de acessibilidade. Um formulário disponível apenas em formato visual, por exemplo, pode impedir a participação de responsáveis que utilizam leitores de tela. Da mesma forma, uma atividade com comunicação exclusivamente oral pode excluir estudantes cuja principal forma de expressão seja visual ou apoiada por símbolos. A resposta institucional deve alcançar o modo como procedimentos e ambientes funcionam, não somente as intenções declaradas pelos profissionais.

▸Responsabilidade da escola pela permanência

Matrícula, apoio e participação cotidiana

Garantir acesso não termina com o registro administrativo. O estudante precisa transitar pelos espaços, usar os materiais, relacionar-se com os colegas e participar das situações em que a aprendizagem acontece. Imagine uma criança com mobilidade reduzida matriculada em uma escola cuja biblioteca funciona em pavimento sem rota acessível. A simples autorização para frequentar a biblioteca não resolve o impedimento. É necessário reorganizar os ambientes e os percursos para que o serviço faça parte de sua vida escolar em condições de autonomia, segurança e convivência.

A qualidade da permanência também pode ser observada no uso dos espaços de recreação, nas atividades culturais e nos momentos de decisão coletiva. Se o estudante está sempre ausente dessas experiências, a instituição precisa investigar causas, providenciar adaptações e verificar se as soluções funcionam. A regularidade da presença não deve ser confundida com participação efetiva, pois o direito envolve dimensões acadêmicas, sociais e emocionais da escolarização.

Combate à exclusão indireta

Procedimentos institucionais podem produzir afastamento sem anunciar qualquer intenção segregadora. Ocorre, por exemplo, quando saídas pedagógicas são planejadas sem considerar transporte acessível, quando comunicados são enviados em formato inacessível ou quando se atribui a uma família a obrigação de providenciar todos os recursos de participação. A escola deve antecipar essas situações no planejamento coletivo, estabelecer responsabilidades e enfrentar barreiras de maneira continuada. A solução não consiste em transferir ao estudante o ônus de negociar individualmente cada acesso.

A relação entre situações de exclusão e respostas institucionais pode ser explicitada por critérios operacionais. A comparação evidencia que medidas universais e apoios específicos não concorrem entre si; ambos são necessários conforme o impedimento identificado.

Situação escolar	Obstáculo ao direito	Resposta educacional pertinente
Matrícula assegurada, mas aula inacessível	Participação restrita ao espaço físico	Disponibilizar formas acessíveis de apresentar e produzir conhecimentos
Biblioteca sem percurso utilizável	Impedimento de acesso a bens culturais	Criar rota acessível e reorganizar circulação e mobiliário
Evento coletivo sem comunicação visual	Ausência de informação para parte dos participantes	Integrar recursos visuais, interpretação e comunicação planejada
Apoio atribuído somente à família	Deslocamento indevido da responsabilidade institucional	Definir providências da escola e acompanhamento compartilhado

apostilas opção

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

